E-PROTOCOLO DIGITAL n.º 21.461.876-1

DATA: 11/12/23

PARECER CEE/CES n.º 04/24

APROVADO EM 07/02/24

CÂMARA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

INTERESSADA: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (UEM)

MUNICÍPIO: MARINGÁ

ASSUNTO: Consulta sobre a distribuição de vagas do curso de Graduação em Engenharia Têxtil - Bacharelado, da UEM, ofertado no *campus* de Goioerê.

RELATORA: MARIA DAS GRAÇAS FIGUEIREDO SAAD

EMENTA: Consulta sobre a distribuição de vagas do curso de Graduação em Engenharia Têxtil - Bacharelado, da UEM, ofertado no campus de Goioerê. Solicita-se à Seti a verificação das condições de infraestrutura e corpo docente para a oferta do curso na Sede da UEM.

I – RELATÓRIO

A Universidade Estadual do Paraná (UEM), município de Maringá, por meio do Ofício GRE/UEM n.º 542/23 (fl. 02), de 08/12/23, encaminhou a este Conselho, consulta sobre a distribuição de vagas do curso de Graduação em Engenharia Têxtil - Bacharelado, da UEM, ofertado no *campus* de Goioerê, nos seguintes termos:

A Universidade Estadual de Maringá (UEM), representada neste ato pelo Magnífico Reitor, vem respeitosamente diante do Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná requerer a seguinte consulta:

- 1- É possível a abertura de Turma no *Campus* Sede UEM, para o Curso de Graduação em Engenharia Têxtil, originalmente criado e sediado em *Campus* Regional de Goioerê (CRG)?
- 2- A oferta poderá ser feita na seguinte proporção: 50% das vagas para o *Campus* Regional de Goioerê (CRG) e 50% para o *Campus* sede (UEM)?
- 3- Cabe fundamentar as condicionantes dos Itens 1 e 2 aos termos do Art. 42 da Deliberação 06/2020 CEE/PR;
- 4- Caso deferido, pode-se requerer o aditamento do Ato Regulatório (Portaria nº 236/2020-SETI) nas condicionantes dos itens 1 e 2 a partir do ano letivo de 2025. (destacou-se)

E-PROTOCOLO DIGITAL n.º 21.461.876-1

Motiva-se a presente consulta aos termos do Decreto Estadual 5.499/12 em vista dos termos do Art. 58 da LGU, veja-se:

“As Universidades Públicas Estaduais com cursos de graduação que registrem, por três anos consecutivos, um número total de alunos matriculados menor do que 50% (cinquenta por cento) do número total de vagas, ficam obrigadas a apresentar à SETI um plano de recuperação de matrículas para os três anos subsequentes, sob pena de perder a autorização de funcionamento dos referidos cursos.

§ 1º Caso o plano de recuperação, ao final do terceiro ano, não recoloca o nível de matriculados acima do patamar mínimo estabelecido no *caput* deste artigo, a SETI instaurará processo de reavaliação da autorização de funcionamento do curso.

§ 2º Será oportunizada às Universidades Públicas Estaduais, em rito estabelecido por Portaria da SETI, a ampla defesa e o contraditório antes da decisão final que poderá resultar em:

I - autorização de funcionamento com ressalvas, onde novas medidas de recuperação do nível mínimo de matriculados serão indicadas;

II - não renovação da autorização de funcionamento do curso de graduação.” (Destacou-se).

O Curso de Engenharia Têxtil (CRG) da UEM foi criado para atender demandas do Município de Goioerê e seu entorno.

O referido curso é mantido pelo Tesouro do Governo do Estado do Paraná, aos termos da CR/88 combinada com a CEPR/89 e a Deliberação 06/20 CEE/PR com as Leis Estadual 4978/64 e 20933/21 (LGU) em estilo legal.

É frente aos termos do referido artigo que a Universidade Estadual de Maringá (UEM), a Pró-Reitoria de Ensino (PEN), o Centro de Tecnologia (CTC) e o Departamento de Engenharia Têxtil (DET), este sediado em Goioerê (CRG), vem diante do Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná (CEE), requerer a presente consulta.

Motivado pelo Princípio Constitucional da legalidade à Administração Pública somente faz o que está na Lei (Art. 37 da CR/89):

“A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte (...).” (Destaque nosso).

Idem à Constituição Paranaense (CEPR/89) em Art. 27. **“A administração pública direta, indireta e fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, eficiência, motivação, economicidade (...).” (Destacou-se)**

Assim sendo, é descabido a UEM o descumprimento dos Princípios Constitucionais referidos, bem como os das Lei Especiais, quais sejam: 20933/21 (LGU - Art. 58) e Deliberação CEE 06/20 e 4978/64.

A UEM em sua função social primordial de ensino, pesquisa, extensão e inovação vem requerer a presente consulta em apertada síntese: “é plausível a abertura e a oferta de turma em campi sede (UEM) para curso criado para funcionar em campi de extensão (CRG)?”

Caso seja plausível, destaca-se que:

E-PROTOCOLO DIGITAL n.º 21.461.876-1

- (i)- Não haverá ônus ao Tesouro do Estado. Não ocorrerá contratação por concurso público para docente ou técnico administrativo;**
- (ii)- Não haverá construção de edificação nova para sala de aula ou laboratório para o Curso;**
- (iii)- Há em Campi Sede da UEM bloco, laboratório, professor, técnico, bem como equipamentos, ou seja, tem-se infraestrutura pronta para receber turma de Engenharia Têxtil.**

Ressalta-se a plausibilidade do pleito eis que este visa tanto o interesse da sociedade goioerense, quanto maringense, ademais aos discentes, docentes, ou seja, a comunidade acadêmica da UEM de forma geral.

A UEM em sua função social de ensino, pesquisa, extensão e inovação visa o primordial que é ensinar, pesquisar e incluir o acadêmico de forma continuada na graduação, na pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado) por intermédio do Sistema de Educação Paranaense, mantido pelo Tesouro do Estado.

A inovação que a UEM apresenta está na plausibilidade da abertura de turma para atuar na sede, ou seja, da extensão para sede e entre as extensões da UEM que é o caso concreto o Curso de Engenharia Têxtil sediado em Goioerê (CRG) para *campi* sede (UEM).

Desta forma, visa-se atender de maneira geral aos termos da LGU e, especificamente, ao Art. 58 da (LGU), em apertada síntese “plano de recuperação de matrículas”.

Entendemos que é plausível o pleito que em assim sendo, aumentará o ingresso de alunos e assim atenderemos de formal legal aos termos do referido artigo.

II – MÉRITO

Trata-se de consulta sobre a distribuição de vagas do curso de Graduação em Engenharia Têxtil - Bacharelado, da UEM, ofertado no *campus* de Goioerê.

O curso teve a última renovação de reconhecimento concedida pela Portaria SETI n.º 236/20 - SETI - D.O.E. de 18/12/20, com fundamento no Parecer CEE/CES n.º 155/20, de 01/12/20, pelo prazo de 04 (quatro) anos, de 26/04/21 a 25/04/25.

A UEM apresenta como proposta ofertar 50% das vagas do curso em questão no *campus* Sede, no município de Maringá.

Na consulta enviada pela instituição, em nome do reitor, está assegurado que é possível a abertura de turma no *campus* sede, em forma de distribuição das vagas, ou seja: 50% ofertado no *campus* de Goioerê, e 50% ofertado no *campus* Sede.

O Decreto Estadual n.º 5.499/12, tendo em vista dos termos do Art. 58 da LGU, fala das obrigações das universidades de apresentarem à Seti, plano de recuperação de matrículas sob pena de comprometer a autorização de funcionamento de cursos que apresentem taxa inferior a 50% de alunos matriculados.

E-PROTOCOLO DIGITAL n.º 21.461.876-1

Infere-se desta consulta que a UEM está buscando a realização de estratégias para viabilizar a continuidade da oferta do curso.

Vale ressaltar que o curso de Engenharia Têxtil foi criado para atender as demandas do município de Goioerê e de seu entorno. Não é demais lembrar que a cidade de Cianorte e Maringá apresentam forte tradição com a indústria têxtil, fomentando o comércio de outras cidades do Paraná e também do Brasil.

Considerando que não haverá ônus para o tesouro do Estado, tampouco necessidade de construções de espaço físico, já que a UEM, campus Sede possui toda a infraestrutura necessária.

Considerando que a UEM sempre esteve focada no tripé ensino, pesquisa e extensão, esta Câmara de Ensino Superior avalia como pertinente o pedido em tela.

Considerando que a Deliberação CEE/PR n.º 06/20 não se refere especificamente à situação apresentada, há que se ressaltar que existe a necessidade de comprovação de infraestrutura e corpo docente.

Esta CES entende que não haverá prejuízo para o pleito, desde que garantidas as condições de infraestrutura e corpo docente, sendo válida e positiva a tentativa de preenchimento de vagas e a manutenção do curso.

Desta forma, solicitamos à Seti a verificação de infraestrutura e corpo docente para a oferta do curso na Sede da UEM.

III – VOTO DA RELATORA

Face ao exposto, esta relatora solicita à Seti a verificação das condições de infraestrutura e corpo docente para a oferta do curso de Graduação em Engenharia Têxtil - Bacharelado, da UEM, do *campus* de Goioerê, na Sede da UEM.

Encaminhe-se cópia deste Parecer à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (Seti) para as providências, nos termos da Deliberação CEE/PR n.º 06/20.

Devolva-se o processo à instituição para constituir fonte de informação e acervo.

É o Parecer.

Maria das Graças Figueiredo Saad
Relatora

DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova o Voto da Relatora, por unanimidade.

Curitiba, 07 de fevereiro de 2024.

Fátima Aparecida da Cruz Padoan
Presidente da CES